

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018

MUNICÍPIO DA

ChamuSca

O Coração do Ribatejo

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2018**ÍNDICE****I- RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. ENQUADRAMENTO	R 002
2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	R 003
3. RECURSOS HUMANOS	R 006
4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	R 014
5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	R 027
6. FUNDOS DISPONÍVEIS.....	R 037
7. PAGAMENTOS EM ATRASO	R 038
8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	R 038
9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	R 039
10. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	R 041
11. CONCLUSÃO	R 042

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO	DF 002
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	DF 005
NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	DF 007
ANEXOS ÀS NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	DF 016
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	DF 098
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	DF 109
EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DF 114
EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DF 129
EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES	DF 139
FLUXOS DE CAIXA.....	DF 148
CONTAS DE ORDEM	DF 157
DESCONTOS E RETENÇÕES	DF 160
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DF 167

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	DF 169
MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – RECEITA.....	DF 173
MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – DESPESA.....	DF 180
MODIFICAÇÕES DAS GOP'S	DF 189
MODIFICAÇÕES DO PPI.....	DF 198
MODIFICAÇÕES DAS AMR'S.....	DF 203
CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS	DF 209
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA	DF 218
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA.....	DF 222
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA	DF 224
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITA.....	DF 227
ATIVOS DE RENDIMENTO FIXO / VARIÁVEL.....	DF 229
ENDIVIDAMENTO – EMPRÉSTIMOS.....	DF 232
ENDIVIDAMENTO – OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DF 234
RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA	DF 237
SINTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS.....	DF 240
RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES	DF 242
RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS	DF 244
RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA....	DF 246
MAPA DAS PARTICIPAÇÕES	DF 252
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	DF 255
DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO	DF 257
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO	DF 259
RELATORIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL	DF 263
RELATORIO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS	DF 282
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	DF 300



MUNICÍPIO DA
ChamuSca

RELATÓRIO DE GESTÃO

2018

1. ENQUADRAMENTO

O relatório de gestão é um documento integrante da prestação de contas que visa retratar o desempenho orçamental contabilístico relativamente ao ano de 2018. É um documento que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico e financeiro da entidade.

Este relatório de gestão inclui o enquadramento legal e económico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do executivo municipal, em que é dada a conhecer a atividade desenvolvida, a situação económica do Município, a execução orçamental e as atividades desenvolvidas no ano de 2018.

1.1. Enquadramento legal

O presente relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de setembro, com as respetivas alterações e a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 6/2013, de 21 de novembro.

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2018, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município da Chamusca é suportada pela existência de 2 estruturas fundamentais - estrutura política e estrutura administrativa.

2.1. ESTRUTURA POLÍTICA

A Gestão Municipal de 2018 correspondeu ao mandato autárquico resultante das eleições de 01 de outubro de 2017, os membros dos órgãos municipais Câmara e Assembleia, tomaram posse no dia 14 de outubro de 2017. A 31 de dezembro de 2018, os órgãos autárquicos tinham a seguinte composição:

MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eleitos

Joaquim José Duarte Garrido - *Presidente da Assembleia Municipal [PS]*

Maria Inês Fernandes Ribeiro - *1º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca [PS]*

António José Tomaz Moreira - *2º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca [PS] que foi substituído por:*

Pedro Alexandre Carvalho Oliveira Pinhal *[PS]*

José Joaquim de Jesus Braz *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Maria Manuela Luz Marques *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Nuno Jorge Lino Mira *[PS]*

Celina Raquel Bacalhau de Moura *[PS]*

Rui Miguel Oliveira da Cruz *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Manuel Tiago Neto Pestana Prestes *[PPD/PSD.CDS-PP.MPT-Coligação "Chamusca é o Meu Partido"]*

Pedro Miguel Martins Braz *[PS] passou a ser 2º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca em substituição de António José Tomaz Moreira*

Carla Virgínia Cipriano dos Santos *[PS]*

Ana Cristina Frazão da Costa *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Tiago Miguel de Vasconcelos Fontes Barbosa *[PS]*

Silvina Maria Frias Fernandes *[PPD/PSD.CDS-PP.MPT-Coligação "Chamusca é o Meu Partido"]*

Por inerência – Presidentes de Junta de Freguesia

Joel Nunes Marques *[Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira - PS]*

Rui Miguel Azevedo Martinho *[Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande - PPD/PSD.CDS-PP.MPT-Coligação "Chamusca é o Meu Partido"]*

Bruno Miguel Marques de Oliveira *[Presidente da União de Freguesias de Parreira e Chouto - PS]*

Mário João Amaro Ferreira *[Presidente da Junta de Freguesia de Ulme - PS]*

José Lourenço Vieira Trindade *[Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos - PS]*

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 presidente, 1 vice-presidente e 3 vereadores. A sua composição é a seguinte:

Mandato 2017-2021 (tomada de posse a 14.10.2017)

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – *Presidente*

Cláudia Patrícia Alves Moreira, *Vice-presidente*

Rui Filipe Rodrigues Ferreira, *Vereador com regime de permanência a tempo inteiro*

Gisela Maria Azevedo Trincão Matias, *Vereadora sem regime de permanência*

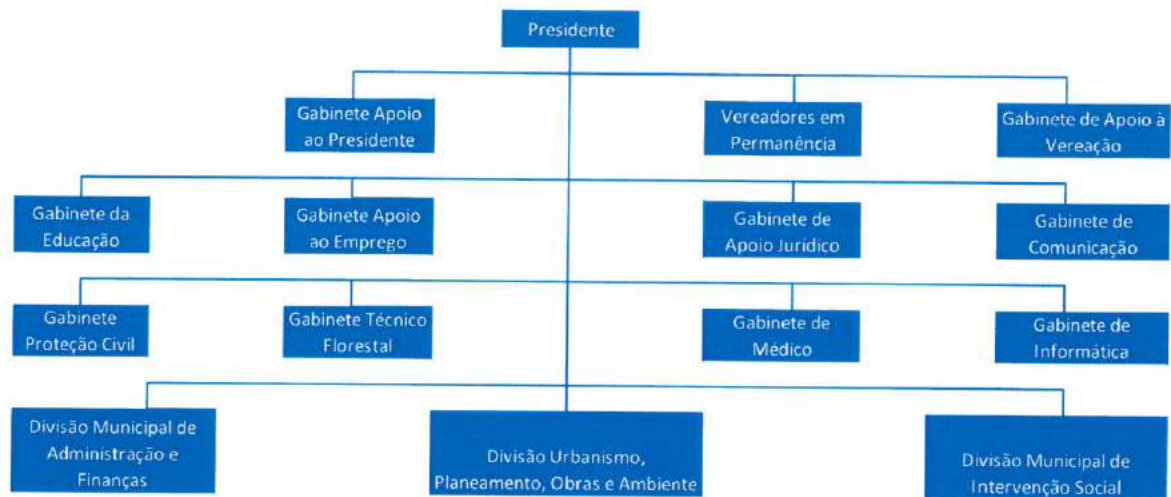
Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, *Vereador sem regime de permanência*

2.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Para o exercício das suas atribuições e competências, o Município dispõe das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- a) Gabinete da Educação;
- b) Gabinete Apoio ao Emprego;
- c) Gabinete de Apoio Jurídico;
- d) Gabinete de Comunicação;
- e) Gabinete Proteção Civil;
- f) Gabinete Técnico Florestal;
- g) Gabinete de Médico Veterinário;
- h) Gabinete de Informática;
- i) Divisão Municipal de Administração e Finanças;
- j) Divisão Urbanismo, Planeamento, Obras e Ambiente;
- k) Divisão Municipal de Intervenção Social.

A representação gráfica da estrutura pode ver-se no organograma seguinte:



3. RECURSOS HUMANOS

O balanço social é um instrumento privilegiado de planeamento e gestão de recursos humanos, e está incluído no respetivo ciclo anual de gestão. Deve ser elaborado anualmente no primeiro trimestre, com referência a 31 de dezembro do ano imediatamente anterior. Trata-se de um documento único, onde, de forma sistematizada, se recolhem, tratam e interpretam, quantitativa e qualitativamente, os dados referentes à realidade dos recursos humanos de cada organização.

A obrigatoriedade de elaboração do balanço social, nos serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 outubro, com base nas informações relevantes para a gestão, observadas com a sua aplicação ao longo dos anos, nas empresas privadas.

O seu conteúdo retrospectivo, acrescido de indicadores, quadros e gráficos, é essencial para uma análise global e precisa da situação dos Recursos Humanos da autarquia, permitindo assim uma visão pormenorizada da realidade de cada área analisada. Permite também traçar uma política de gestão de recursos humanos, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho, a segurança, a formação, etc.

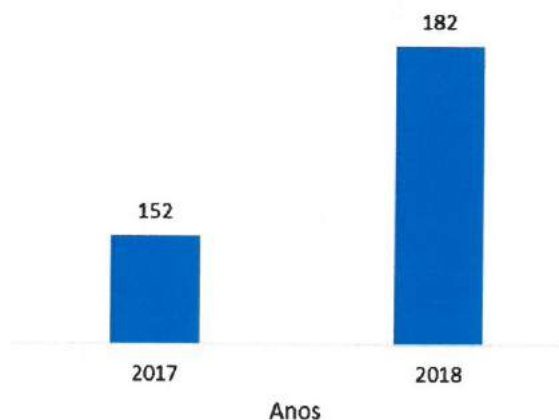
De seguida apresenta-se um resumo dos principais elementos que constam no balanço social comparando o ano de 2018 com o de 2017.

3.1. Relação jurídica de emprego

Evolução do efetivo por tipo de vínculo

Este gráfico reflete o número total de trabalhadores existentes a 31 de dezembro dos anos em análise.

N.º total de trabalhadores

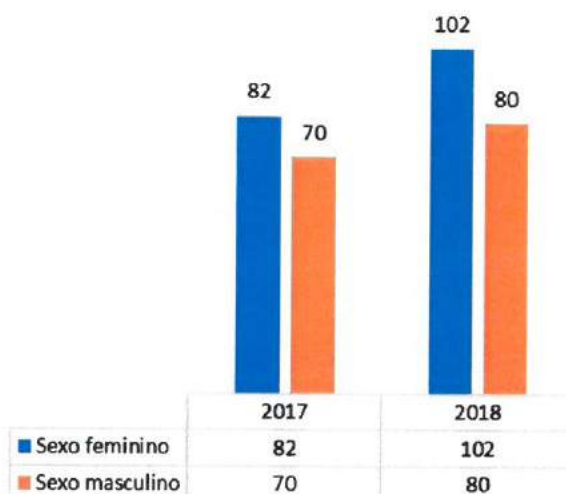


[Handwritten signature and scribbles]

Esta variação de 30 trabalhadores deve-se aos seguintes factos:

- O balanço social passou a contar com os membros do gabinete de apoio, neste caso 3;
- À admissão de 6 trabalhadores ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro);
- À admissão de 16 trabalhadores ao abrigo do procedimento concursal comum publicado em Diário da República de 31-07-2017;
- Recurso à reserva de recrutamento do procedimento anteriormente mencionado para a admissão de mais 3 trabalhadores;
- 1 trabalhadora que não estava no balanço social de 2017 por ter estado ausente mais de 6 meses;
- Variação de 2 trabalhadores em mobilidade (4 novas, 1 regresso e 3 saídas);
- Aposentação de 1 trabalhador.

A distribuição dos funcionários de acordo por género nos anos de 2017 e 2018 foi a seguinte:



Podemos então concluir que, o aumento do efetivo municipal, no ano de 2018 relativamente ao ano anterior, foi repartida pelos dois géneros, sendo que no sexo masculino registou-se um aumento de 10 trabalhadores, e no sexo feminino registou-se um aumento de 20 trabalhadoras.

Estrutura profissional

Em 1 de Janeiro de 2009 entrou em vigor nova legislação sobre regime de carreiras, aprovada pela Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro que definiu e regulou os novos regimes de vinculação, de

carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. Passaram a existir as carreiras gerais de técnico superior que integrou os grupos de pessoal técnico superior e técnico, de assistente técnico onde ficaram inseridos os grupos de pessoal administrativo e os técnico-profissional e de assistente operacional para onde transitaram os grupos de pessoal operário e auxiliar. Ficaram, ainda por enquadrar as carreiras de informática e de fiscal municipal, que até ao fim do ano de 2018 não foram alvo de qualquer revisão de carreiras.

De acordo com estas carreiras, a estrutura profissional do Município está assim desenhada, conforme gráfico.

Estrutura profissional em 2018

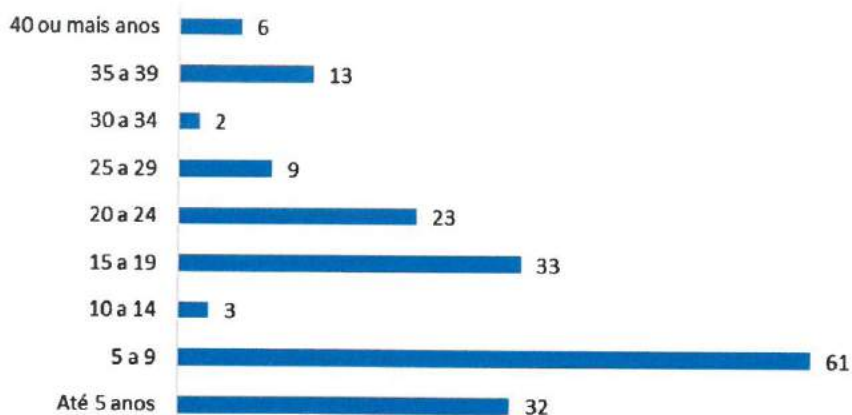


A carreira com menos expressão no total do efetivo municipal é a de Dirigente seguida pela de Informática. A carreira de assistente operacional é dominante, correspondendo a mais de metade dos trabalhadores da autarquia (53,00%), seguida da carreira de assistente técnico (25,00%) e a de técnico superior (18,00%).

Estrutura do pessoal por antiguidade

No que se refere à antiguidade do pessoal, podemos verificar no gráfico seguinte, os escalões que se encontram mais representados são os de cinco a nove anos com 61 trabalhadores seguido pelo escalão dos quinze a dezanove anos, com 33 trabalhadores.

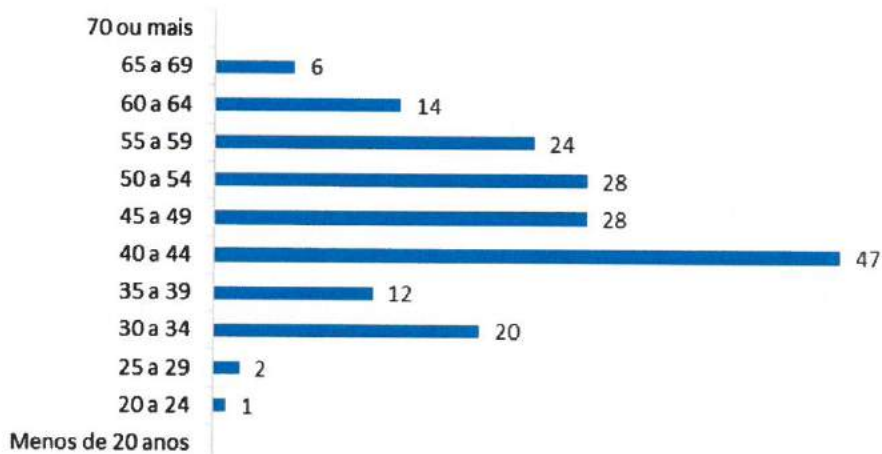
Antiguidade dos trabalhadores no ano de 2018



Estrutura etária do pessoal

Da distribuição dos trabalhadores pelos escalões etários, podemos verificar que o escalão que enquadra mais trabalhadores é o de 40 a 44 anos (47 trabalhadores). A população mais jovem, que se enquadra nos três primeiros escalões etários (até 29 anos) representa apenas 3 trabalhadores do Município, sendo que nos escalões etários de 60 ou mais anos se encontram 20 trabalhadores municipais.

Estrutura etária do pessoal em 2018



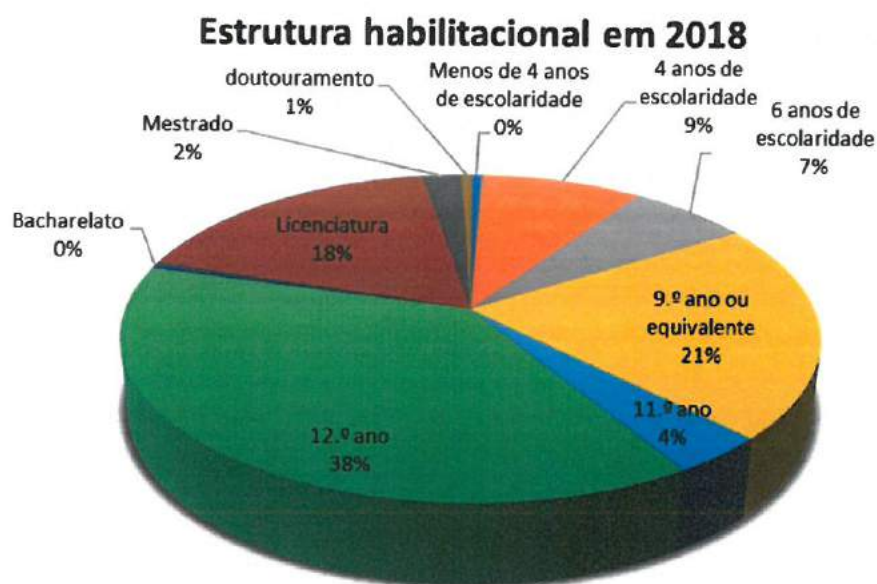
Estrutura habitacional do pessoal

Como já foi referido anteriormente, o efetivo municipal está distribuído, na sua maioria, pela carreira de assistente operacional em que as habilitações académicas necessárias para o ingresso são a escolaridade mínima obrigatória de acordo com a idade: 4.ª Classe para os

nascidos até 31 de Dezembro de 1966; o 6.º ano de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1967 e até 31 de Dezembro de 1980, e o 9.º ano de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1981 e até 31 de dezembro de 1994 e o 12.º a partir de 1 de janeiro de 1995.

Com o nível de escolaridade até ao 9.º ano de escolaridade, no Município da Chamusca existem 27,3 % dos trabalhadores, e com menos de 4 anos de escolaridade 0,5% dos trabalhadores.

Apenas 20,9% dos trabalhadores possui habilitações de grau académico superior: 1 bacharelato, 32 licenciaturas 4 mestrados e 1 doutoramento.



3.2. Entradas e Saídas

Entradas

No ano de 2017 verificou-se a abertura de um procedimento concursal para o recrutamento de 16 trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira de Assistente Operacional, que ficou concluído em 2018 com a admissão dos 16 trabalhadores e o recurso à reserva de recrutamento para a admissão de mais 3.

Foram admitidos 6 trabalhadores ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro);

Entraram 4 trabalhadores em mobilidade entre órgãos e houve 1 trabalhadora com vínculo ao Município que se encontrava em mobilidade noutro órgão que regressou à autarquia



Saídas

Verifica-se que a saída de 4 trabalhadores da autarquia sendo que uma delas foi por reforma/aposentação e 3 por mobilidade.

Saídas de trabalhadores em 2018



3.3. Tempo de não trabalho

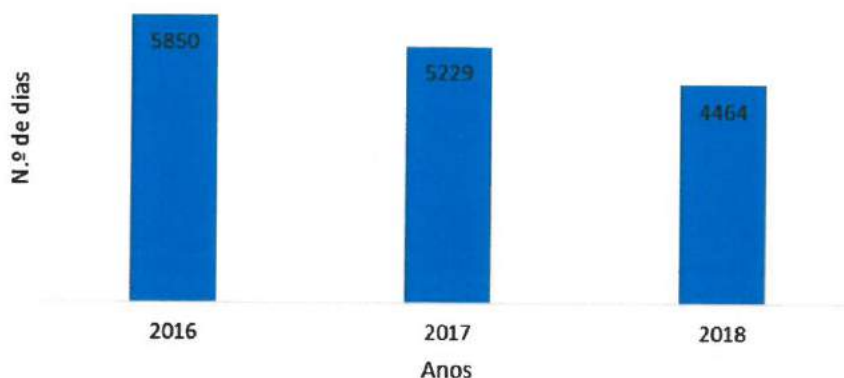
No tocante às ausências do trabalho veja-se o seguinte gráfico (n.º de dias):

Tempo de não trabalho em 2018



São as faltas por doença com 55,2% do total que mais contribuíram para o absentismo verificado na autarquia no ano de 2018.

Evolução do tempo de não trabalho

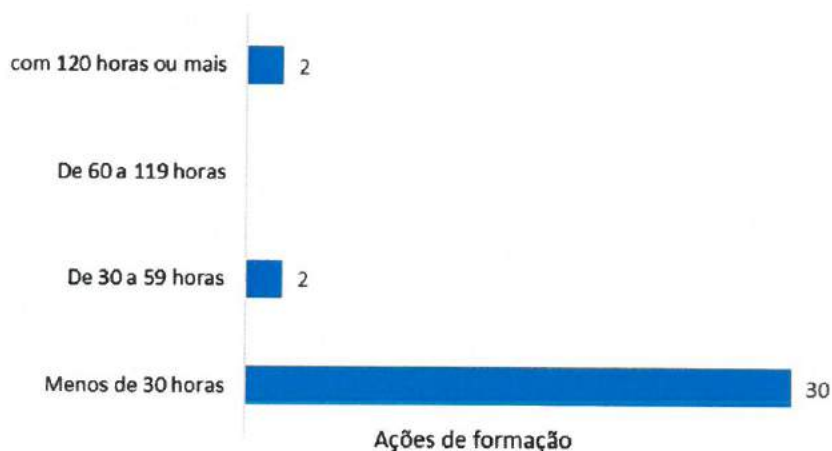


No ano de 2018 verificou-se um decréscimo de 14,60% no total de tempo não trabalhado comparativamente ao ano de 2017.

3.4. Formação profissional

No ano de 2018 foram frequentadas 34 ações de formação profissional externas, sendo que a distribuição das ações de formação pelo período de duração de cada uma é a que consta no gráfico seguinte, salientando-se a predominância das ações de formação com duração inferior a 30 horas.

Formação profissional em 2018



3.5. Conclusões

Em termos gerais podemos concluir que a autarquia aumentou o seu efetivo no ano de 2018 em 27 trabalhadores.

A nível do escalão etário dos trabalhadores verifica-se que mais de metade dos mesmos têm mais de 45 anos.

O índice de tecnicidadeⁱ é de 15%, o do pessoal administrativoⁱⁱ é de 30% e o do pessoal assistente operacionalⁱⁱⁱ de 51%. São, estes últimos, os mais representativos no total do efetivo municipal.

ⁱ N.º técnicos superiores / total do efetivo *100

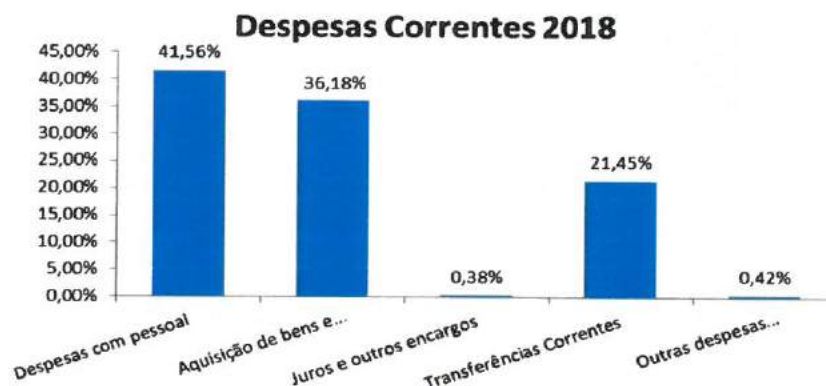
ⁱⁱ N.º de assistentes técnicos / total do efetivo *100

ⁱⁱⁱ N.º de assistentes operacionais / total de efetivos *100

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4.1. Orçamento da despesa

Despesas Correntes 2018				
Composição	Dotações corrigidas	Despesa paga	Grau de execução	% Total
01 Despesas com pessoal	3 435 891,30	3 220 666,24	93,74%	41,56%
02 Aquisição de bens e serviços	3 437 434,37	2 803 430,06	81,56%	36,18%
03 Juros e outros encargos	32 049,00	29 447,88	91,88%	0,38%
04 Transferências Correntes	1 937 281,82	1 662 183,18	85,80%	21,45%
06 Outras despesas correntes	37 631,00	32 898,55	87,42%	0,42%
Total das despesas correntes	8 880 287,49	7 748 625,91	87,26%	100,00%



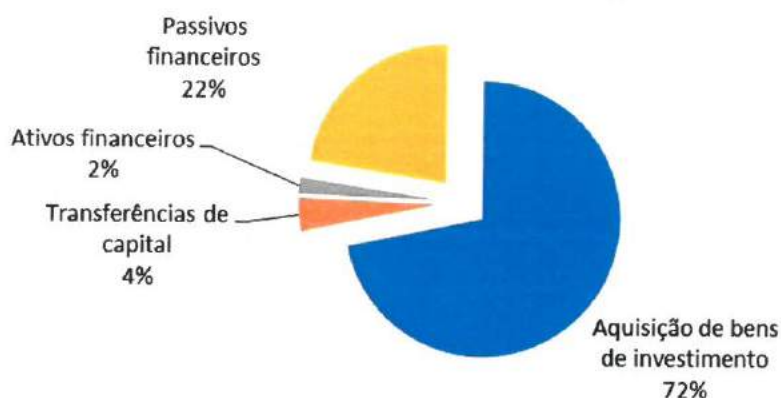
A execução das despesas correntes apresentou uma taxa de 87,26% face às previsões existentes, tendo diminuído relativamente ao período homologado (91,50%).

As despesas com pessoal apresentam uma fatia significativa das despesas correntes no ano de 2018, representando 41,56% das mesmas, logo seguidas da aquisição de bens e serviços com que representam 36,18% das despesas correntes pagas.

Despesas de capital

Despesas de Capital 2018				
Composição	Dotações corrigidas	Despesa paga	Grau de execução	% Total
07 Aquisição de bens de investimento	3 829 251,85	2 394 704,09	62,54%	71,79%
08 Transferências de capital	298 238,79	127 892,54	42,88%	3,83%
09 Ativos financeiros	61 740,25	61 739,25	100,00%	1,85%
10 Passivos financeiros	751 289,00	751 288,30	100,00%	22,52%
11 Outras despesas de Capital	10 961,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das despesas correntes	4 951 480,89	3 335 624,18	67,37%	100,00%

Despesas de Capital 2018



As despesas de capital apresentam uma taxa de execução de 67,37%, que é superior à apresentada no ano de 2017 que foi de 50,13%.

A aquisição de bens de investimento apresentou uma taxa de execução de 62,54% (período homologado 37,41%), sendo que esta rubrica da despesa de capital era a que tinha a dotação mais elevada, condicionando assim a taxa de execução global.

Evolução das despesas

Execução orçamental da despesa			
Ano	2017	2018	Var % (2018-2017)
Despesas com pessoal	3 025 581,13	3 220 666,24	6,45%
Aquisição de bens e serviços	3 022 566,42	2 803 430,06	-7,25%
Juros e outros encargos	40 243,47	29 447,88	-26,83%
Transferências Correntes	1 342 162,42	1 662 183,18	23,84%
Outras despesas correntes	147 454,77	32 898,55	-77,69%
Total das Despesas Correntes	7 578 008,21	7 748 625,91	2,25%
Aquisição de bens de capital	1 482 115,76	2 394 704,09	61,57%
Transferências de capital	293 770,76	127 892,54	-56,47%
Ativos financeiros	82 319,00	61 739,25	-25,00%
Passivos financeiros	751 288,30	751 288,30	0,00%
Outras despesas de capital	14 677,50	0,00	-100,00%
Total das despesas de capital	2 624 171,32	3 335 624,18	27,11%
Despesa total	10 202 179,53	11 084 250,09	8,65%

Conforme se pode verificar no quadro acima as despesas com pessoal pagas aumentaram no ano de 2018 em parte devido à admissão de novos trabalhadores.

As despesas pagas referentes a aquisição de bens e serviços diminuíram no exercício de 2018, assim como os juros e outros encargos e as outras despesas correntes.

A nível da despesa de capital verificou-se no ano de 2018 um aumento da despesa paga referente a aquisições de bens de capital, sendo a obra que mais contribuiu para este aumento da despesa paga o Centro Escolar.

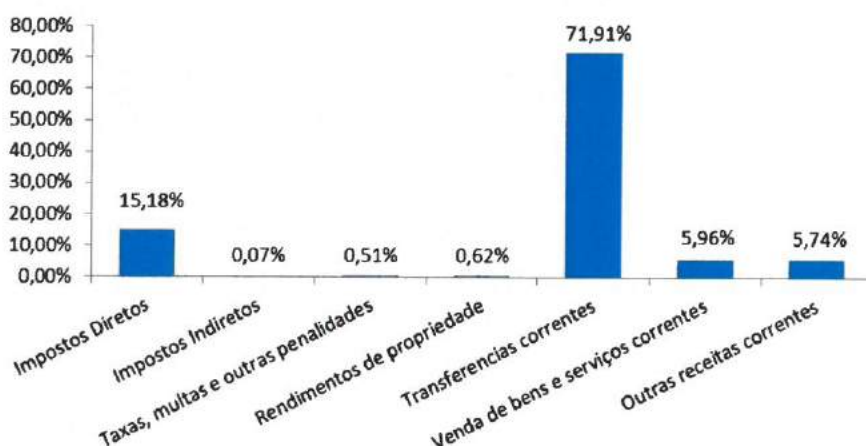
As despesas pagas por transferências de capital, tiveram uma diminuição de 2017 para 2018.

4.2. Orçamento da receita

Receitas correntes

Receitas Correntes 2018				
Composição	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	% Total	Grau de execução
01 Impostos Diretos	1 138 776,00	1 393 338,06	15,18%	122,35%
02 Impostos Indiretos	7 596,00	6 509,78	0,07%	85,70%
04 Taxas, multas e outras penalidades	68 501,00	47 049,28	0,51%	68,68%
05 Rendimentos de propriedade	22 035,00	57 107,00	0,62%	259,16%
06 Transferências correntes	6 498 026,00	6 598 427,48	71,91%	101,55%
07 Venda de bens e serviços correntes	678 293,00	547 350,58	5,96%	80,70%
08 Outras receitas correntes	521 537,00	526 288,13	5,74%	100,91%
Total das Receitas Correntes	8 934 764,00	9 176 070,31	100,00%	102,70%

Receitas Correntes 2018

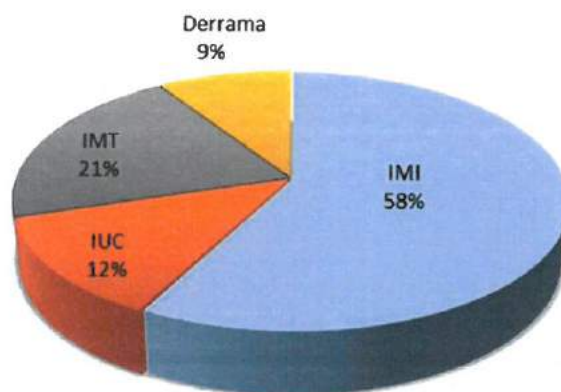


No ano de 2018 o total das receitas correntes teve uma taxa de execução de 102,70%, como podemos constatar as receitas correntes são provenientes em grande parte da classificação 06 (transferências correntes) representando 71,91% do valor da receita cobrada líquida. Além das

transferências correntes os impostos diretos cobrados pelo Município também representam um valor significativo da receita, de 15,18%.

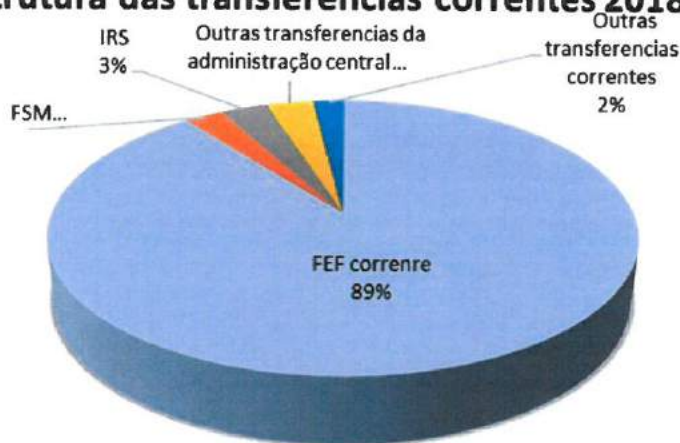
No ano de 2018 os impostos diretos, rendimentos de propriedade e transferências correntes superaram as previsões.

Estrutura dos impostos diretos ano 2018



O imposto municipal sobre imóveis (IMI) tem o maior peso no apuramento dos impostos diretos, este representa cerca de 58% do total apurado.

Estrutura das transferências correntes 2018



Fazendo uma análise ao ano de 2018, podemos visualizar nos gráficos e no quadro que o Município é bastante dependente das receitas provenientes do Orçamento do Estado. Cerca de 89% das receitas correntes são obtidas pelas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente.

Receitas de capital

Receitas Capital				
Composição	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	% Total	% Execução
09 Venda de bens de investimento	12 597,00	0,00	0,00%	0,00%
10 Transferências de capital	2 347 100,00	1 757 729,39	100,00%	74,89%
11 Ativos financeiros	15,00	0,00	0,00%	0,00%
12 Passivos financeiros	10,00	0,00	0,00%	0,00%
13 Rendimentos de propriedade	5,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas Capital	2 359 727,00	1 757 729,39	100,00%	74,49%

No que respeita às receitas de capital do Município, estas são quase exclusivamente dependentes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, na componente de capital.

Evolução das receitas

Execução orçamental das receitas cobradas líquidas			
Ano	2017 (€)	2018 (€)	Var % (2018-2017)
Impostos Diretos	1 140 809,27	1 393 338,06	22,14%
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	719 158,47	801 882,42	11,50%
Imposto único de circulação (IUC)	166 040,94	174 382,51	5,02%
Imposto municipal sobre transmissões (IMT)	129 254,58	288 123,77	122,91%
Derrama	126 355,28	128 949,36	2,05%
Impostos indiretos	6 296,84	6 509,78	3,38%
Taxas, multas e outras penalidades	86 538,56	47 049,28	-45,63%
Rendimentos de propriedade	28 312,68	57 107,00	101,70%
Venda de bens e prestação de serviços correntes	678 267,40	547 350,58	-19,30%
Transferências correntes	6 522 531,67	6 598 427,48	1,16%
Fundo equilíbrio financeiro	5 815 176,03	5 900 958,00	1,48%
Fundo social municipal	164 946,00	164 946,00	0,00%
Participação fixa IRS	194 077,00	201 163,00	3,65%
Outras transferências da administração central	226 760,19	198 359,41	-12,52%
Outras transferências correntes	121 572,45	133 001,07	9,40%
Outras receitas correntes	458 154,67	526 288,13	14,87%
Total da receita corrente	8 920 911,09	9 176 070,31	2,86%
Venda de bens de investimento	4 426,16	0,00	-100,00%
Transferências de capital	1 098 257,78	1 757 729,39	60,05%
Fundo equilíbrio financeiro	1 026 207,00	1 041 345,00	1,48%
Fundos comunitários	72 050,78	716 384,39	894,28%
Total da receita de capital	1 102 683,94	1 757 729,39	59,40%
Reposições não abatidas nos pagamentos	88,56	2 648,03	2890,10%
Saldo da gerência anterior	2 662 817,67	2 537 272,38	-4,71%
Receita total	12 686 501,26	13 473 720,11	6,21%

Comparando a execução orçamental das receitas nos exercícios de 2017 e 2018 verifica-se que a receita cobrada líquida aumentou. Para este aumento contribuíram os impostos indiretos e as transferências de capital.

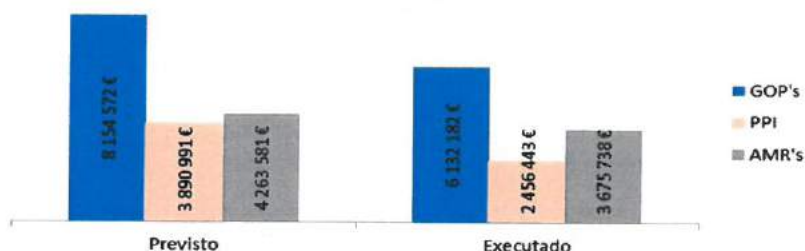
4.3. Grandes opções do plano

As Grandes Opções do Plano (GOP's) constituem um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, fundamentam a orientação estratégica da política desenvolvida enquanto parte integrante deste documento. As GOP's apresentam as linhas estratégicas do desenvolvimento da autarquia, onde se incluem o plano plurianual de investimento (PPI) e as atividades mais relevantes (AMR's).

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos. As AMR's são encaradas como um documento auxiliar à gestão autárquica, e são de certa forma enquadradas à semelhança do PPI, onde a autarquia inscreve as ações ou projetos que se relevem de interesse e possam ser destacados, apesar de implicarem despesas diferentes das de investimento.

Atividade desenvolvida 2018- Grandes Opções do Plano	Previsto	Executado
GOP's	8 154 572	6 132 182
PPI	3 890 991	2 456 443
AMR's	4 263 581	3 675 738

Síntese da atividade desenvolvida 2018



Na ótica da despesa das GOP's pode-se constatar que foram executados 6.132.182 € o que corresponde a 75,20% do montante definido para financiamento.

No caso do Plano Plurianual de Investimentos esse rácio foi inferior e situou-se na casa dos 63,13% do valor dotado. As AMR's tiveram um grau de execução superior, com 86,21%.

Análise das GOP's					
Código	Classificação Funcional	Montante previsto ano	Realização do ano	Grau execução anual	% Total
1	Funções Gerais	847 309,85	632 383,46	74,63%	10,31%
001	Administração Geral	476 425,24	324 943,00	68,20%	5,30%
002	Modernização administrativa	108 664,69	79 253,57	72,93%	1,29%
003	Proteção Civil	262 219,92	228 186,89	87,02%	3,72%
2	Educação e qualificação do potencial humano	2 579 683,61	1 879 157,74	72,84%	30,64%
001	Infraestruturas escolares	2 059 281,00	1 492 927,77	72,50%	24,35%
002	Educação	520 402,61	386 229,97	74,22%	6,30%
3	Coesão social, económica e territorial	966 603,31	560 144,56	57,95%	9,13%
001	Saúde	54 522,55	50 958,84	93,46%	0,83%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	190 640,10	0,00	0,00%	0,00%
003	Parque habitacional municipal	160 468,78	95 901,49	59,76%	1,56%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	283 593,85	219 541,29	77,41%	3,58%
005	Apoio às associações	180 156,65	133 153,72	73,91%	2,17%
006	Ocupação sénior	24 632,04	24 632,04	100,00%	0,40%
007	Acessibilidades	72 589,34	35 957,18	49,54%	0,59%
4	Empreendedorismo e apoio à criação/fixação de emprego	185 606,28	77 524,82	41,77%	1,26%
001	Zonas industriais e zonas de atividade económicas	1,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Comércio local	185 605,28	77 524,82	41,77%	1,26%
5	Cultura e valorização do património	72 807,67	39 536,60	54,30%	0,64%
001	Cultura	54 355,67	39 536,60	72,74%	0,64%
002	Valorização do património	18 452,00	0,00	0,00%	0,00%
6	Turismo e promoção local	496 266,27	468 490,60	94,40%	7,64%
001	Feiras e certames	468 920,88	442 932,91	94,46%	7,22%
002	Qualificação dos recursos de potencial turístico	19 531,32	17 743,79	90,85%	0,29%
003	Materiais de promoção	7 814,07	7 813,90	100,00%	0,13%
7	Ordenamento do território e regeneração urbana	177 129,79	37 533,72	21,19%	0,61%
001	Projetos urbanos estruturantes	177 129,79	37 533,72	21,19%	0,61%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	1 481 822,51	1 152 118,86	77,75%	18,79%
001	Saneamento	140 557,37	10 316,09	7,34%	0,17%
002	Resíduos sólidos	552 235,60	491 734,98	89,04%	8,02%
003	Proteção do ambiente e conservação da natureza	76 221,43	62 793,54	82,38%	1,02%
004	Energia	712 808,11	587 274,25	82,39%	9,58%
9	Operações da dívida pública	751 289,00	751 288,30	100,00%	12,25%
001	Passivos financeiros	751 289,00	751 288,30	100,00%	12,25%
10	Transferência entre administrações	534 314,76	472 263,75	88,39%	7,70%
001	Transferências para juntas de (união de) freguesias	534 312,76	472 263,75	88,39%	7,70%
002	Contratos interadministrativos	2,00	0,00	0,00%	0,00%
11	Diversas não especificadas	61 739,25	61 739,25	100,00%	1,01%
001	Ativos financeiros	61 739,25	61 739,25	100,00%	1,01%
Total		8 154 572,30	6 132 181,66	75,20%	100,00%

As Grandes Opções do Plano (GOP's) incluem a composição do planeamento económico e social do Município, baseiam-se na orientação da estratégia da política desenvolvida pelas atividades que o Município considera mais importantes, nomeadamente as intenções de investimento.

Este apresenta as diretrizes de desenvolvimento estratégico da autarquia local, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR) da Autarquia.

O Município da Chamusca executou 75,20% da dotação inicialmente prevista, nas suas Grandes Opções do Plano. As funções que evidenciam maiores valores são a educação e qualificação do potencial humano e a consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos, com 1.879.157,74 € e 1.152.118,86 € respetivamente.

Plano plurianual de investimento

Análise do PPI					
Código	Classificação Funcional	Montante previsto ano	Realização do ano	Grau execução anual	% Total
1	Funções Gerais	593 283,37	411 283,82	69,32%	16,74%
001	Administração Geral	476 425,24	324 943,00	68,20%	5,30%
002	Modernização administrativa	80 254,25	50 845,13	63,36%	0,83%
003	Proteção Civil	36 603,88	35 495,69	96,97%	0,58%
2	Educação e qualificação do potencial humano	2 084 787,00	1 492 927,77	71,61%	60,78%
001	Infraestruturas escolares	2 059 281,00	1 492 927,77	72,50%	24,35%
002	Educação	25 506,00	0,00	0,00%	0,00%
3	Coesão social, económica e territorial	693 907,48	339 978,17	48,99%	13,84%
001	Saúde	12 792,00	10 332,00	80,77%	0,17%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	190 640,10	0,00	0,00%	0,00%
003	Parque habitacional municipal	160 468,78	95 901,49	59,76%	1,56%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	240 317,26	180 687,50	75,19%	2,95%
006	Ocupação sénior	17 100,00	17 100,00	100,00%	0,28%
007	Acessibilidades	72 589,34	35 957,18	49,54%	0,59%
4	Empreendedorismo e apoio à criação/fixação de emprego	185 606,28	77 524,82	41,77%	3,16%
001	Zonas Industriais e zonas de atividades económicas	1,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Comércio local	185 605,28	77 524,82	41,77%	1,26%
5	Cultura e valorização do património	18 453,00	0,00	0,00%	0,00%
001	Cultura	1,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Valorização do património	18 452,00	0,00	0,00%	0,00%
6	Turismo e promoção local	19 531,32	17 743,79	90,85%	0,72%
002	Qualificação dos recursos de potencial	19 531,32	17 743,79	90,85%	0,29%
7	Ordenamento do território e regeneração urbana	177 129,79	37 533,72	21,19%	1,53%
001	Projetos urbanos estruturantes	177 129,79	37 533,72	21,19%	0,61%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	56 553,61	17 712,00	31,32%	0,72%
001	Saneamento	20 987,54	0,00	0,00%	0,00%
004	Energia	35 566,07	17 712,00	49,80%	0,29%
11	Diversas não especificadas	61 739,25	61 739,25	100,00%	2,51%
001	Ativos financeiros	61 739,25	61 739,25	100,00%	1,01%
Total		3 890 991,10	2 456 443,34	63,13%	100,00%

No plano plurianual de investimentos estão definidas as grandes linhas de intervenção, e tem por norma um horizonte temporal de quatro anos, compreendendo todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela autarquia que impliquem aquisições de bens de capital.

No ano de 2018 o PPI apresentou uma dotação de 3,89 milhões de euros, no entanto realizou despesas de cerca de 2,5 milhões de euros, apresentando assim uma taxa de execução de 63,13%

Evolução do PPI		
Ano	2017	2018
Dotação Final	4 044 494,32	3 890 991,10
Realizado	1 564 434,76	2 456 443,34
Taxa de realização do PPI	38,68%	63,13%

Atividades mais relevantes

Análise das AMR's					
Código	Classificação Funcional	Montante previsto ano	Realização do ano	Grau execução anual	% Total
1	Funções Gerais	254 026,48	221 099,64	87,04%	6,02%
002	Modernização administrativa	28 410,44	28 408,44	99,99%	0,77%
003	Proteção Civil	225 616,04	192 691,20	85,41%	5,24%
2	Educação e qualificação do potencial humano	494 896,61	386 229,97	78,04%	10,51%
002	Educação	494 896,61	386 229,97	78,04%	10,51%
3	Coesão social, económica e territorial	272 695,83	220 166,39	80,74%	5,99%
001	Saúde	41 730,55	40 626,84	97,36%	1,11%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	43 276,59	38 853,79	89,78%	1,06%
005	Apoio às associações	180 156,65	133 153,72	73,91%	3,62%
006	Ocupação sénior	7 532,04	7 532,04	100,00%	0,20%
5	Cultura e valorização do património	54 354,67	39 536,60	72,74%	1,08%
001	Cultura	54 354,67	39 536,60	72,74%	1,08%
6	Turismo e promoção local	476 734,95	450 746,81	94,55%	12,26%
001	Feiras e certames	468 920,88	442 932,91	94,46%	12,05%
003	Materiais de promoção	7 814,07	7 813,90	100,00%	0,21%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	1 425 268,90	1 134 406,86	79,59%	30,86%
001	Saneamento	119 569,83	10 316,09	8,63%	0,28%
002	Resíduos sólidos	552 235,60	491 734,98	89,04%	13,38%
003	Proteção do ambiente e conservação da natureza	76 221,43	62 793,54	82,38%	1,71%
004	Energia	677 242,04	569 562,25	84,10%	15,50%
9	Operações da dívida pública	751 289,00	751 288,30	100,00%	20,44%
001	Passivos financeiros	751 289,00	751 288,30	100,00%	20,44%
10	Transferência entre administrações	534 314,76	472 263,75	88,39%	12,85%
001	Transferências para juntas de (união de) freguesias	534 312,76	472 263,75	88,39%	12,85%
002	Contratos interadministrativos	2,00	0,00	0,00%	0,00%
Total		4 263 581,20	3 675 738,32	86,21%	100,00%

O plano das Atividades Mais Relevantes é visto como um documento auxiliar à gestão, com uma estrutura equivalente à do plano plurianual de investimento. Contempla também projetos ou ações importantes para a autarquia e, apesar das condicionantes, estas despesas podem ser de capital ou correntes.

Na análise ao ano de 2018, constatamos que mais de 30% da realização das funcionais corresponde à função "consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos" sendo que, dentro desta classificação, as que tiveram o maior valor de despesa foram a energia seguida dos resíduos sólidos urbanos.

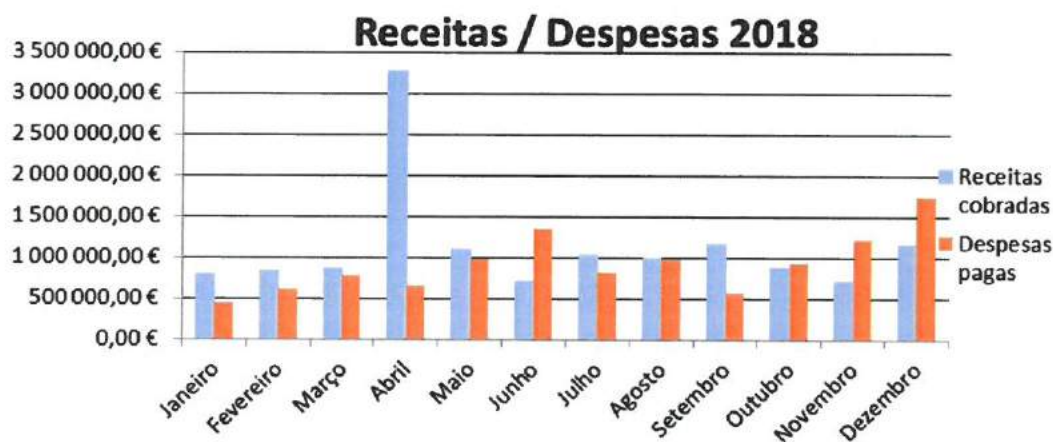
Evolução das AMR's		
Ano	2017	2018
Dotação Final	4 258 165,71	4 263 581,20
Realizado	3 793 594,88	3 675 738,32
Taxa de realização das AMR's	89,09%	86,21%

A taxa de realização das AMR's diminuiu em 2018, conforme verificado no quadro acima.

4.4. Análise Global – Estrutura orçamental

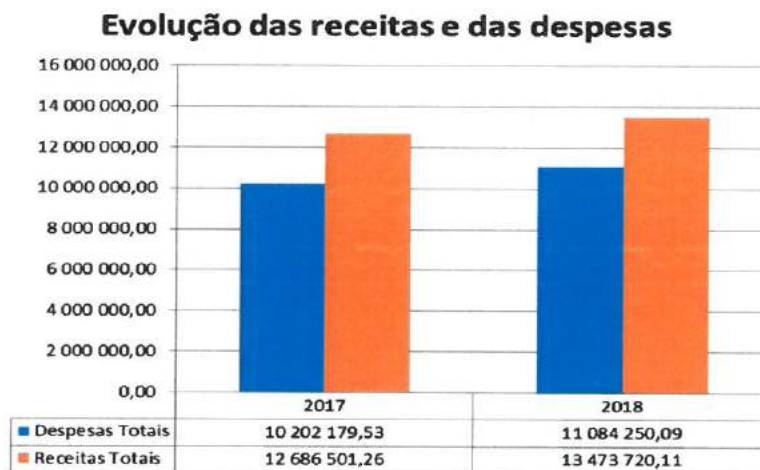
Mês	Evolução das receitas correntes e capital cobradas e das despesas pagas em 2018										
	Receitas cobradas bruta					Despesas pagas			Diferenças		
	Correntes	Capital	RNAP	Saldo gerência	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	586 392	210 236			796 628	329 582	111 149	440 731	256 810	99 088	355 897
Fevereiro	702 640	127 151	1 000		830 791	520 479	97 547	618 026	182 161	29 604	211 765
Março	754 370	107 459	364		862 194	649 010	129 585	778 595	105 360	-22 125	83 235
Abril	640 040	86 778	1 016	2 537 272	3 265 107	524 701	134 391	659 092	115 340	-47 613	67 726
Maio	1 013 820	86 778			1 100 598	684 536	303 421	987 957	329 284	-216 643	112 641
Junho	598 505	107 799			706 304	854 202	493 183	1 347 385	-255 697	-385 384	-641 080
Julho	938 730	86 778	267		1 025 776	589 557	236 305	825 862	349 173	-149 527	199 646
Agosto	869 808	123 260			993 068	773 277	195 269	968 546	96 531	-72 009	24 522
Setembro	834 543	339 267			1 173 810	497 931	70 228	568 160	336 612	269 038	605 650
Outubro	793 130	86 778			879 908	592 841	339 870	932 711	200 289	-253 092	-52 804
Novembro	619 361	86 778			706 139	753 498	468 901	1 222 399	-134 137	-382 123	-516 260
Dezembro	849 532	308 667			1 158 200	979 011	755 776	1 734 786	-129 478	-447 108	-576 587
Total	9 200 873	1 757 729	2 648	2 537 272	13 498 523	7 748 626	3 335 624	11 084 250	1 452 247	-1 577 895	-125 648

No ano de 2018 a receita cobrada bruta foi superior à despesa paga devido ao saldo da gerência anterior no valor de 2.537.272 €.



A evolução mensal da despesa paga teve o seu pico em dezembro e a receita cobrada em abril, com a inclusão do saldo da gerência anterior.

Evolução das receitas cob. Liq. e das despesas pagas		
	2017	2018
Despesas Totais	10 202 179,53	11 084 250,09
Despesas Correntes	7 578 008,21	7 748 625,91
Despesas de Capital	2 624 171,32	3 335 624,18
Receitas Totais	12 686 501,26	13 473 720,11
Receitas Correntes	8 920 911,09	9 176 070,31
Receitas de Capital	1 102 683,94	1 757 729,39
Reposições não abatidas	88,56	2 648,03
Saldo da gerência anterior	2 662 817,67	2 537 272,38



As receitas totais cobradas líquidas foram superiores às despesas pagas nos 2 últimos exercícios.

4.5. Indicadores e rácios orçamentais

DESPESA COM O PESSOAL

Despesa com pessoal	2017	2018
<u>Pessoal</u>	<u>3 025 581,13</u>	<u>3 220 666,24</u>
Despesa total	10 202 179,53	11 084 250,09

Através deste indicador, concluímos que no ano de 2018 a despesa com pessoal representa 29,06% da despesa total. Apesar do valor da despesa com o pessoal ter aumentado, o valor do rácio diminuiu face ao ano anterior, o que é justificado pelo aumento da despesa total.

Este aumento da despesa com pessoal resulta da admissão de novos trabalhadores.

DESPESA COM OS CUSTOS FINANCEIROS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS

Peso serviço da dívida	2017	2018
<u>Serviço da Dívida</u>	<u>791 531,77</u>	<u>780 736,18</u>
Despesa total	10 202 179,53 7,76%	11 084 250,09 7,04%

O serviço da dívida é composto pelos pagamentos da amortização e dos juros e outros encargos.

O Município tem dois empréstimos contratualizados em vigor, o PREDE e o PAEL. O serviço da dívida tem vindo a diminuir devido à redução do valor dos juros fruto das amortizações de capital e do decréscimo da taxa de juro aplicada ao empréstimo do PREDE.

AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO

Peso da Aq. Bens Investimento	2017	2018
<u>Aquisição de bens de investimento</u>	<u>1 482 115,76</u>	<u>2 394 704,09</u>
Despesa total	10 202 179,53 14,53%	11 084 250,09 21,60%

O peso da aquisição de bens de investimento sobre a despesa total sofreu um acréscimo em 2018 que é explicado pela construção do Centro Escolar.

DESPESA DE CAPITAL

Peso da despesa de capital	2017	2018
<u>Despesa de capital</u>	<u>2 624 171,32</u>	<u>3 335 624,18</u>
Despesa total	10 202 179,53 25,72%	11 084 250,09 30,09%

O peso e os valores da despesa de capital do ano de 2018 aumentaram relativamente ao ano de 2017.

RECEITA TOTAL

Peso da receita total	2017	2018
<u>Receita total cob. Liq.</u>	<u>12 686 501,26</u>	<u>13 473 720,11</u>
Despesa total	10 202 179,53 124,35%	11 084 250,09 121,56%

Tal como nos anos anteriores a receita total cobre as despesas totais.

IMPOSTOS DIRETOS COBRADOS PELO MUNICÍPIO NA RECEITA TOTAL OBTIDA

Peso imposto diretos	2017	2018
<u>Impostos diretos</u>	<u>1 140 809,27</u>	<u>1 393 338,06</u>
Receita cob. Liq. total	12 686 501,26 8,99%	13 473 720,11 10,34%

Em 2018, verificou-se um aumento dos impostos diretos obtidos no valor de 252.528,79€.

5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. Componente económica

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em €)

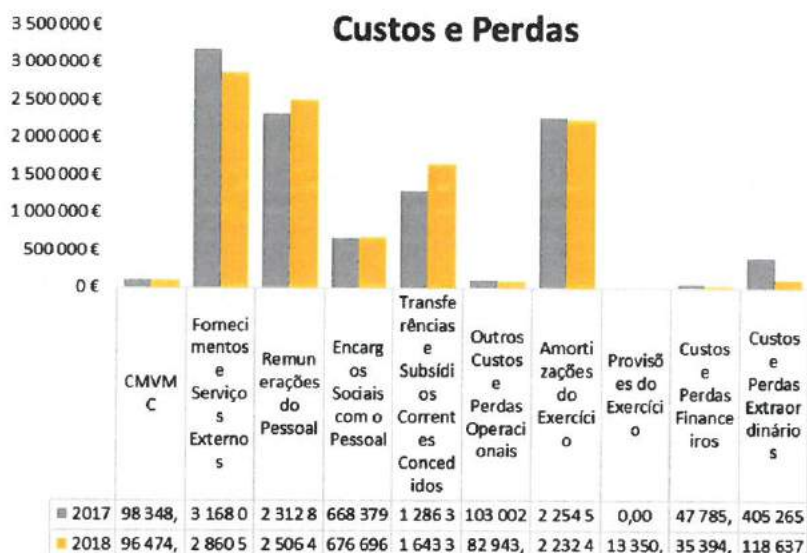
	2017	%	2018	%
PROVEITOS OPERACIONAIS				
Vendas e Prestações de Serviços	684.600,01	6,96%	732.164,95	7,08%
Variação da Produção				
Impostos e Taxas	1.136.478,21	11,55%	1.421.726,77	13,75%
Transferências e Subsídios Obtidos	7.558.840,17	76,84%	7.658.447,92	74,08%
Outros Proveitos Operacionais (inc. 73 + 75 + 76)	457.500,00	4,65%	526.001,93	5,09%
TOTAL DOS PROVEITOS OPERACIONAIS.....	9.837.418,39	100,00%	10.338.341,57	100,00%
CUSTOS OPERACIONAIS				
CMVMC	98.348,73	0,99%	96.474,46	0,95%
FSE	3.168.074,03	32,03%	2.860.593,49	28,29%
Custos com o Pessoal	2.981.263,95	30,14%	3.183.116,30	31,48%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	1.286.301,66	13,00%	1.643.380,85	16,25%
Amortizações do Exercício	2.254.523,58	22,79%	2.232.494,63	22,08%
Provisões do Exercício		0,00%	13.350,38	0,13%
Outros Custos Operacionais	103.002,00	1,04%	82.943,44	0,82%
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....	9.891.513,95	100,00%	10.112.353,55	100,00%
RESULTADOS				
Resultados Operacionais	-54.095,56		225.988,02	
Resultados Financeiros	154.256,13		168.967,00	
Resultados Correntes	100.160,57		394.955,02	
Resultados Extraordinários	13.849,71		265.072,28	
Resultado Líquido do Exercício	114.010,28		660.027,30	



As receitas do Município são, à semelhança dos anos transatos, dependentes das transferências do Orçamento do Estado.

Patrimonialmente, os custos e perdas do Município no ano de 2018 estão repartidos em 4 grandes grupos:

- Os fornecimentos e serviços externos;
- Os custos com pessoal (incluindo encargos);
- Os custos com as amortizações representam;
- As transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais.



No exercício de 2018 o resultado operacional (diferença entre os proveitos operacionais e custos operacionais) gerado pelo Município foi positivo em 225.988 €

Os resultados financeiros, firmaram-se em 2018 nos 168.967 €, em virtude da inclusão do valor correspondente à participação do Município no resultado líquido do exercício (RLE) da empresa Águas do Ribatejo (participação de 8,15% por parte do Município da Chamusca no RLE de 1.676.154,87 €).

Por fim ao analisar o RLE do ano de 2018 podemos constatar que o mesmo se encontra positivo em 660.027 €, para este resultado contribui o aumento de 273 mil euros nos impostos e taxas e de 134 mil euros de aumento nas transferências.

5.2. Componente financeira

Relativamente à componente financeira, apresenta-se na tabela seguinte um resumo do balanço de 2017 e 2018, sendo que no ativo estão considerados os valores líquidos.

SINTESE DO BALANÇO

	2017	%	2018	%
(em €)				
ATIVO				
Ativo Fixo	35.757.914,31	92,23%	35.816.104,23	91,77%
Ativo Circulante	3.010.867,26	7,77%	3.210.659,92	8,23%
Existências	165.535,34	0,43%	161.116,46	0,41%
Realizável	137.433,64	0,35%	198.040,49	0,51%
a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
a Curto Prazo	137.433,64	0,35%	198.040,49	0,51%
Disponível	2.630.257,28	6,78%	2.577.775,91	6,61%
Acréscimos e Diferimentos	77.641,00	0,20%	273.727,06	0,70%
TOTAL DO ATIVO	38.768.781,57	100,00%	39.026.764,15	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	29.679.352,03	98,32%	29.694.914,48	96,22%
Ajustamento de partes de capital em empresas	262.498,06	0,87%	262.498,06	0,85%
Reservas	471.334,12	1,56%	471.334,12	1,53%
Resultados	-226.500,68	-0,75%	433.526,62	1,40%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	30.186.683,53	100,00%	30.862.273,28	100,00%
PASSIVO				
Provisões				
Exigível	2.325.551,82	27,10%	1.393.808,38	17,07%
a Médio/Longo Prazo	1.349.532,08	15,72%	571.868,03	7,00%
a Curto Prazo	976.019,74	11,37%	821.940,35	10,07%
Acréscimos e Diferimentos	6.256.545,64	72,90%	6.770.682,49	82,93%
TOTAL DO PASSIVO	8.582.097,46	100,00%	8.164.490,87	100,00%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	38.768.780,99		39.026.764,15	

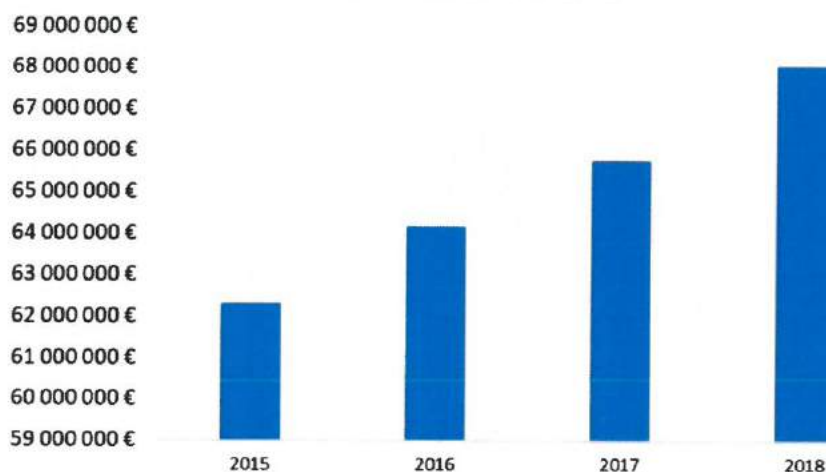
[Handwritten signature and initials]

Estrutura do imobilizado

O quadro seguinte apresenta um resumo da estrutura do imobilizado bruto nos anos de 2017 e 2018:

Conta e Designação	2017		2018	
	Valor	% total	Valor	% total
Bens do Domínio Público	43 867 662,43	66,72%	43 960 820,75	64,61%
Terrenos e Recursos Naturais	101 449,05	0,15%	101 449,05	0,15%
Outras Const. e Infra-Estruturas	42 991 990,50	65,39%	43 096 763,56	63,34%
Bens Pat. Hist. Art. Cultural	269 855,89	0,41%	269 855,89	0,40%
Outros Bens de Domínio Público	388 148,27	0,59%	411 505,97	0,60%
Imobilizações em Curso	116 218,72	0,18%	81 246,28	0,12%
Imobilizações Incorpóreas	355 938,84	0,54%	408 705,84	0,60%
Despesas investigação e desenvolv.	343 543,71	0,52%	367 528,71	0,54%
Propriedade Industrial e Outros Direitos	12 395,13	0,02%	12 395,13	0,02%
Imobilizações em Curso	0,00	0,00%	28 782,00	0,04%
Imobilizações Corpóreas	19 468 264,45	29,61%	21 677 901,33	31,86%
Terrenos e Recursos Naturais	3 514 528,21	5,35%	3 677 744,29	5,41%
Edifícios e Outras Construções	10 704 772,16	16,28%	10 810 997,19	15,89%
Equipamento Básico	1 604 163,56	2,44%	1 653 860,78	2,43%
Equipamento de Transporte	1 104 714,06	1,68%	1 119 404,06	1,65%
Ferramentas e Utensílios	55 247,86	0,08%	59 549,14	0,09%
Equipamento Administrativo	1 098 810,55	1,67%	1 138 638,91	1,67%
Taras e Vasilhame	47 937,27	0,07%	47 937,27	0,07%
Outras Imobilizações Corpóreas	415 596,51	0,63%	471 232,22	0,69%
Imobilizações em Curso	922 494,27	1,40%	2 698 537,47	3,97%
Investimentos Financeiros	2 056 046,51	3,13%	1 991 729,94	2,93%
Partes de Capital	1 479 814,43	2,25%	1 621 294,44	2,38%
Obrigações e títulos de participação	576 232,08	0,88%	370 435,50	0,54%
Total Geral	65 747 912,23	100,00%	68 039 157,86	100,00%

Valor do Imobilizado bruto



Na estrutura do imobilizado verificou-se um aumento do total do mesmo. Tal como no ano anterior em 2018 os bens de domínio público continuam a evidenciar um peso significativo na estrutura do imobilizado (64,61%), seguido pelo imobilizado corpóreo.

Evolução da dívida de terceiros

Dívidas de terceiros		
Descrição	2017	2018
Empréstimos concedidos	2 000,00	2 000,00
Clientes C/C	11 357,91	1 255,45
Contribuintes C/C	67 189,83	67 173,35
Utentes C/C	20 540,17	7 734,41
Clientes, contribuintes e utentes cobrança duvidosa	0,00	32 767,58
Estado e outros entes públicos	51 687,87	87 431,82
Outros devedores	12 183,47	39 693,73
Total	164 959,25	238 056,34

No ano de 2018 verificou-se um aumento nas dívidas de terceiros devido à inclusão de um valor de 83.008,57 € de IVA a recuperar referente aos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017 e que decorreu de um trabalho realizado pela entidade KPMG para o Município da Chamusca.

Evolução da dívida a terceiros

Dívida a terceiros		
Descrição	2017	2018
Dividas a instituições de crédito	1 853 864,88	1 102 576,58
Fornecedores CC	3 064,04	3 223,48
Clientes e utentes c/ cauções	10 005,67	9 781,21
Fornecedores de imobilizado C/C	4 329,08	0,00
Estado e outros entes públicos	75 693,41	87 746,91
Administração autárquica	0,00	16 960,39
Outros credores	378 501,29	173 415,18
Operações de tesouraria	94,03	104,63
Fornecedores de Imobilizado-Leasing	0,00	0,00
Total	2 325 552,40	1 393 808,38

As dívidas a terceiros sofreram uma diminuição significativa no ano de 2018, essencialmente devido ao cumprimento das obrigações no que diz respeito aos empréstimos contraídos.

Empréstimos

Nos últimos anos o Município não recorreu a contratualização de empréstimos de curto prazo.

Em 2018 o Município tinha contratualizado com instituições de crédito dois empréstimos: PREDE (2009) e PAEL (2013).

Os juros pagos nos anos de 2017 e 2018 são os que constam no quadro seguinte e apresentam um decréscimo ao longo dos dois anos devido à redução do capital em dívida e à diminuição da taxa de juro do PREDE.

Empréstimos	2017		2018	
	Amort.	Juros	Amort.	Juros
EMP DGTF (PREDE)	200 000,00	921,52	200 000,00	348,46
EMP DGTF (PAEL-PROGRAMA II)	551 288,30	39 281,36	551 288,30	28 800,59

Equilíbrio orçamental

O artigo 40.º do RFALEI estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de medio e longo prazo.

	2017	2018
Receitas Correntes Cob. Bruta	8 973 861,74	9 200 873,17
Despesas Correntes pagas	7 578 008,21	7 748 625,91
Poupança Corrente	1 395 853,53	1 452 247,26
Receitas de Capital Cob. Bruta	1 102 683,94	1 757 729,39
Despesas de Capital	2 624 171,32	3 335 624,18
Saldo de Capital	-1 521 487,38	-1 577 894,79
Saldo da Gerência Anterior	2 662 817,67	2 537 272,38
Receitas Totais Cob. Brutas	10 076 634,24	10 961 250,59
Despesas Totais	10 202 179,53	11 084 250,09
Saldo para a Gerência Seguinte	2 537 272,38	2 414 272,88

O artigo 83.º do RFALEI estabelece que no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da Lei (1 de janeiro de 2014) considera-se como definição de amortizações médias de empréstimos, o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor do RFALEI pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

No final do ano de 2018 as amortizações médias são no valor de 649.043,93 €, conforme explicitado na tabela seguinte.

(em €)

Empréstimo	Data visto TdC	Prazo do Contrato	Capital utilizado	Dívida a 01-01-2014	Amortização média	Dívida a 31-12-2018
PREDE	21/05/2009	10 anos	1 000 000,00	1 000 000,00	166 666,67	0,00
PAEL	29/01/2013	8 anos	4 323 830,17	3 859 018,08	482 377,26	1 102 576,58
TOTAIS			5 323 830,17	4 859 018,08	649 043,93	1 102 576,58

(em €)

	2017	2018
Receitas Correntes Cob. Bruta	8 973 862	9 200 873
Despesas Correntes pagas	7 578 008	7 748 626
Amortizações médias	649 044	649 044
Equilíbrio orçamental	Sim	Sim

Como se verifica, no exercício de 2018 a receita corrente cobrada bruta, no valor de 9.200.873 €, foi superior à despesa corrente paga, no valor de 7.748.626 € acrescida do valor das amortizações médias, no valor de 649.044 € pelo que o Município cumpriu com a regra do equilíbrio orçamental prevista no RFALEI.

Limites da dívida

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) o limite da dívida total é apurado do seguinte modo:

"A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores."

De acordo com os dados divulgados pela DGAL, o limite da dívida total do Município (em EUR) para 2018 é de 13.304.458 € e resulta do seguinte cálculo:

(em €)

Receita corrente líquida				Limite da Dívida Total
2015	2016	2017	Média	2018
8 752 011	8 935 994	8 920 911	8 869 639	13 304 458

O n.º 2 do artigo 52.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) define que a dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, bem como, todos os restantes valores decorrentes de operações orçamentais.

A tabela seguinte resume o apuramento da dívida do Município da Chamusca:

Dívida do Município	(em €)	
	31/12/2017	31/12/2018
Total exigível curto, médio e longo prazo	2 325 552,40	1 393 808,38
Dívida de operações de tesouraria	93 229,90	163 503,03
Dívida de operações orçamentais (3=1-2)	2 232 322,50	1 230 305,35
Dívida ao FAM	329 275,08	61 739,25
Total da Dívida (5=3+4)	1 903 047,42	1 168 566,10

5.3. Indicadores e rácios financeiros

LIQUIDEZ GERAL

Este rácio mede a capacidade de a entidade solver, com os seus ativos que se espera possam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo.

Trata-se de uma apreciação de ordem geral, com interesse essencialmente comparativo, em termos evolutivos, pois não é credível que uma entidade possa transformar em dinheiro todo o seu ativo para pagar as suas dívidas.

O aumento do grau de liquidez, quando derivado de alguns fatores (aumento das existências e aumento do crédito sobre clientes) pode fornecer informações divergentes das que se pretendem com os indicadores de liquidez, uma vez que estes factos limitam a capacidade de pagamento das responsabilidades.

Este rácio, em sentido lato (todo o ativo e todo o passivo) equivale, eventualmente, à avaliação de uma entidade na perspetiva da sua liquidação (extinção) – se conseguir alienar todos os seus ativos pelos valores líquidos contabilísticos, pagará, com esse valor, as suas responsabilidades, restando o valor dos capitais próprios, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Liquidez Geral	2017		2018	
<u>Ativo circulante</u>	<u>3 010 867,26</u>		<u>3 210 659,92</u>	
<u>Passivo de CP</u>	<u>976 019,74</u>	308,48%	<u>821 940,35</u>	390,62%

Verificou-se um acréscimo neste rácio no ano de 2018 para o qual contribuiu o aumento das dívidas de terceiros e simultaneamente a diminuição das dívidas a terceiros.

LIQUIDEZ IMEDIATA

Neste rácio, são excluídas do numerador, para além das existências, as dívidas de terceiros, deixando disponível (caixa, depósitos bancários e títulos negociáveis) para comparação com o passivo de curto prazo. Teoricamente, dá-se como valor satisfatório o quociente 1, ou superior.

Porém, um rácio elevado pode significar, em determinado momento, ou o benefício da concessão de prazos alargados de pagamento por parte dos credores, ou alguma "ociosidade" da tesouraria, em forma de gestão não adequada.

É evidente que, em certas entidades, com situações de tesouraria extremamente "saudáveis", é comprovada a fiabilidade deste rácio.

Liquidez imediata	2017		2018	
<u>Disponibilidades</u>	<u>2 630 257,28</u>		<u>2 577 775,91</u>	
<u>Passivo de CP</u>	<u>976 019,74</u>	269,49%	<u>821 940,35</u>	313,62%

Devido à diminuição das disponibilidades e do passivo de curto prazo no ano de 2018 o rácio aumentou.

ENDIVIDAMENTO

Evidencia a parte do capital alheio utilizada no financiamento das atividades da entidade. Esta análise deverá ser sistemática e sucessiva, por forma a verificar se o quociente baixo ou se, pelo contrário, se agrava.

Endividamento	2017		2018	
<u>Passivo</u>	<u>8 582 098,04</u>		<u>8 164 490,87</u>	
<u>Ativo</u>	<u>38 768 781,57</u>	22,14%	<u>39 026 764,15</u>	20,92%

Ao longo destes períodos em análise constatamos um decréscimo no endividamento do Município. Podemos afirmar que o Município depende cada vez menos de capitais alheios, revelando o esforço financeiro que se traduziu na recuperação financeira registada nos últimos anos.

SOLVABILIDADE

Na ótica dos financiadores, um rácio elevado significa estabilidade financeira, logo, a confiança, enquanto um rácio de valor reduzido denuncia fragilidade e vulnerabilidade, logo, elevado risco.

Solvabilidade	2017		2018	
<u>Fundos próprios</u>	<u>30 186 683,53</u>		<u>30 862 273,28</u>	
Passivo	8 582 098,04	351,74%	8 164 490,87	378,01%

No ano de 2018, apesar da diminuição do passivo, os capitais próprios impulsionaram a obtenção deste rácio. Consta-se assim uma melhoria significativa da capacidade para cumprir os compromissos inerentes às responsabilidades.

AUTONOMIA FINANCEIRA

Trata-se, de um rácio bastante usado na análise financeira e tem bastante significado histórico na vida de uma entidade. Através dele se vê o grau de financiamento do ativo da entidade efetuado com capitais (fundos) próprios.

A avaliação do risco é feita, normalmente, em duas vertentes:

- Em caso de liquidação (extinção), a probabilidade de a entidade, com os seus ativos, cumprir com as responsabilidades inerentes ao financiamento e ao restante passivo, e, consequentemente;
- A partilha do risco entre a entidade e o financiador.

Autonomia financeira	2017		2018	
<u>Fundos Próprios</u>	<u>30 186 683,53</u>		<u>30 862 273,28</u>	
Ativo	38 768 781,57	77,86%	39 026 764,15	79,08%

Conclui-se que autonomia financeira do Município cresceu de 2017 para 2018, influenciada pelo aumento dos capitais próprios.

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

É um indicador de risco, na ótica dos financiadores, e, simultaneamente, de gestão, permitindo que a entidade avalie quais as possibilidades de recorrer, e conseguir, crédito para cumprir os seus objetivos estratégicos.

Capac. endividamento	2017		2018	
Fundos Próprios	30 186 683,53	95,72%	30 862 273,28	98,18%
Capitais permanentes	31 536 215,61		31 434 141,31	

O aumento da capacidade de endividamento deve-se ao aumento dos capitais próprios. Pode assim, o órgão de gestão avaliar os seus objetivos estratégicos com maior nível de confiança e certeza.

COBERTURA DO IMOBILIZADO

Mostra o grau de cobertura que os capitais permanentes têm sobre as imobilizações.

Convém que o valor seja o mais perto possível da unidade, pois, só assim poderá tentar-se que a exigibilidade dos pagamentos dos passivos de médio e longo prazo se verifique à velocidade do retorno do investimento efetuado.

Cobertura imobilizado	2017		2018	
Capitais permanentes	31 536 215,61	88,19%	31 434 141,31	87,77%
Imobilizado liq.	35 757 914,31		35 816 104,23	

6. FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 5 do artigo 82.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, (OE/2018) prevê a exclusão da aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, aos municípios que cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento.

O Município da Chamusca comunicou à DGAL que pretendia ser excluído da aplicação da LCPA por cumprir com os limites de endividamento e com as suas obrigações de reporte, tendo recebido um ofício da DGAL a referir que a exclusão se aplica a partir de 29-11-2018.

Salienta-se que ao longo do ano de 2018, o Município da Chamusca respeitou a Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), não tendo comprometido qualquer valor com fundos disponíveis negativos.

7. PAGAMENTOS EM ATRASO

O Município não tem pagamentos em atraso a 31/12/2018.

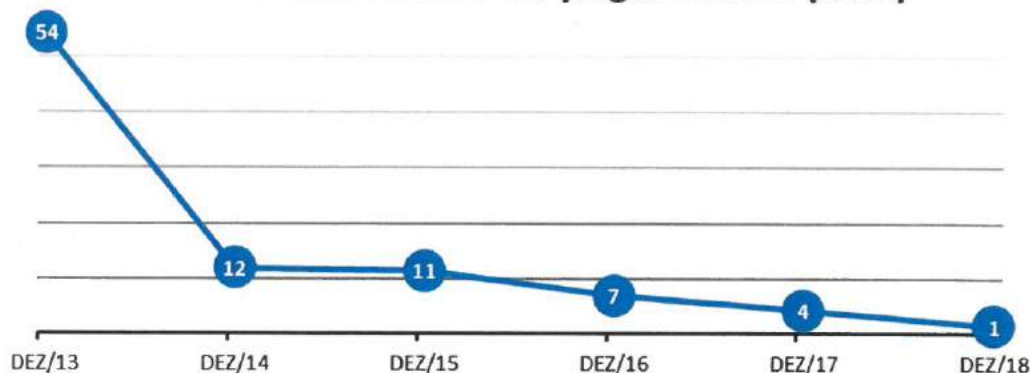
8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

O prazo médio de pagamentos calculado pela DGAL resulta da aplicação da fórmula constante do n.º 6 da Resolução de Conselho de Ministros, n.º 34/2008, publicada no DR n.º 38, 1ª série, de 22 de fevereiro, atualizado pelo Despacho Normativo n.º 9870/2009 de 13 de abril, que alterou a fórmula de cálculo do PMP, que passou a ser a seguinte:

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, isto é o cálculo para o trimestre traduz-se na relação do valor médio trimestral da dívida de curto prazo a fornecedores (DF) e soma das aquisições de bens e serviços nos últimos quatro trimestres (A).

Prazo médio de pagamentos (dias)



9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Processos judiciais

Estão em curso os processos judiciais a seguir indicados, mas à data não é expectável que originem encargos para o Município da Chamusca.

PROCESSOS DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE – loteamentos:

- **Processo n.º 559/06.9 BELRA (N/ Processo 10/99):** alvará 3/2000: (índices de 40%, e insuficiência de área de estacionamento proposta – PP). Foi interposta ação executiva na sentença do trânsito em julgado que declarou nula a deliberação de aprovação do loteamento. Foi deduzida oposição à execução. Foram juntos documentos solicitados pelo Tribunal. Aguarda-se decisão.

TAF – BELRA:

- **Processo n.º 597/16.3 BELRA:** ação administrativa, processo declarativo sob a forma de ação administrativa destinada à condenação à prática de ato administrativo devido – abono para falhas. Foi apresentada contestação pelo Município da Chamusca, e aguardamos sentença. O Município foi notificado para apresentar processo administrativo.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL:

- **Processo n.º 1319/13.6 BELRA-D** – Execução de sentença / Processo 40 horas: STAL. Foi deduzida oposição ao processo executivo. A 31 de dezembro o processo aguardava decisão. Entretanto, em 2019 a CMC foi notificada da decisão do TAF de Leiria que indeferiu o processo executivo. Foi apresentado recurso dessa sentença pelo STAL e encontra-se a decorrer o prazo de contra-alegações.

TRIBUNAL JUDICIAL DO ENTRONCAMENTO:

- **Processo n.º 4174/18.6T8SNT** – Juízo de competência genérica do Entroncamento – Juiz 2, ação interposta pelo Município da Chamusca para declaração da nulidade parcial do contrato de compra venda de um terreno em Vale de Cavalos e a redução do preço desse contrato em € 18.952,10. A ação foi contestada pelo Réu e encontra-se agendado o julgamento.

Nota final: em 2019 foi intentado um procedimento cautelar e uma ação administrativa de impugnação de ato administrativo relativo à decisão de demolição dos fornos de carvão, que ainda se encontram por decidir, mas que não estavam pendentes a 31-12-2018.

10. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No âmbito do encerramento de contas é apurado o resultado líquido do exercício, cuja aplicação deverá ser proposta pelo órgão executivo, ao órgão deliberativo, para efeitos de aprovação.

O resultado do exercício no valor de 660.027,30 € deve ser transferido para Resultados Transitados, que no final do exercício de 2018 apresentava um saldo negativo de 226.500,68 €.

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando se verificar saldo positivo na conta 59 «Resultados Transitados», o que ainda não se verifica, o seu montante pode ser repartido de seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

O ponto 2.7.3.4 refere que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido, o que já acontece.

O ponto 2.7.3.5 refere que, sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas Legais» no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, para cumprimento da norma legal, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2018 no valor de 660.027,30 € seja transferido para a conta de resultados transitados. (POCAL – 2.7.3.2)) e dos quais 5% sejam aplicados no reforço na conta de Reservas Legais no valor de 33.001,36 €.

11. CONCLUSÃO

No ano de 2018 o Município esforçou-se por um rigor financeiro e orçamental nas suas contas, aumentando a confiança dos seus fornecedores e colaboradores.

O Município aumentou a sua despesa paga face ao ano anterior, quer em despesa corrente quer de capital, o que se reflete nas disponibilidades.

Apesar das condicionantes existentes no ano de 2018, o executivo continuou focado em diversas áreas, apostando nos serviços virados para os seus munícipes tais como:

Serviços administrativos: Simplificação de processos e requalificação dos espaços de atendimento para a comodidade e celeridade no atendimento ao munícipe;

Educação: na conservação e requalificação de infraestruturas escolares do concelho, atribuição de manuais escolares até ao 12º ano, atribuição de bolsa escolares, entre outras;

Ação social: projeto 10 Mil Vidas com distribuição de aparelhos às IPSS's do concelho para acompanhamento dos idosos, requalificação de habitações municipais, entre outros;

Cultura e desporto: Apoio financeiro e logístico às associações do concelho. Programação e divulgação das artes e tradições do concelho, nomeadamente nas áreas da tauromaquia, do fado, da etnografia e das artes enquanto elementos de promoção do concelho;

Promoção de modos de vida saudável, apoio a atletas em competições nacionais e internacionais, bem como, incentivo às crianças do concelho para a prática desportiva com várias ações;

Juntas de Freguesia: Celebração de acordos de execução e contratos interadministrativos, numa perspetiva de proximidade e agilização de pequenas obras da competência do Município, assim como de ações para a promoção da cidadania, campos de férias para crianças e universidades seniores;

Na execução orçamental de 2018, foram tidas em linha de conta a gestão financeira do Município, com a prioridade do pagamento a fornecedores, cumprindo os compromissos de aquisição de bens e serviços, com o pressuposto dos projetos para anos seguintes, nomeadamente a reabilitação e ampliação do centro escolar da Chamusca, a reabilitação do Mercado Municipal, reabilitação do antigo Centro Regional de Artesanato, novo Centro de Artes, reabilitação de estradas municipais, regeneração urbana, a persecução dos projetos municipais e intermunicipais dentro da contratualização da Comunidade Intermunicipal para eficiência energética e património cultural e natural. A gestão foi feita de forma a minimizar o recurso a empréstimos financeiros e a cumprir os contratos de empréstimo do PAEL e PREDE.